



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/XVI/1.ª

### RECOMENDA A DEFESA DO PATRIMÓNIO AMBIENTAL E A CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DOS INGLESES (CASCAIS) COMO «PAISAGEM PROTEGIDA»

A 7 de abril de 2024 ocorreu uma manifestação com grande mobilização popular contra a destruição da Quinta dos Ingleses e da orla costeira de Carcavelos. O protesto convocado pelos movimentos cívicos SOS Quinta dos Ingleses e Alvorada pela Floresta reclamam a proteção e preservação da última área verde junto ao mar no município de Cascais, posicionando-se assim contra a construção de prédios de sete andares acima do solo e cinco no subsolo, num total de 850 apartamentos, um hotel com 308 quartos e um centro comercial. Esta construção destruiria a área verde implantada de 54 hectares, que ficaria reduzida a 8 hectares.

Este é mais um episódio revelador de como as poucas áreas verdes da região estão a ser substituídas por edificação para habitação de luxo, não trazendo qualquer resposta social, destruindo espaços verdes e perigando infraestruturas e a população devido ao risco de cheia.

Note-se que duas semanas antes deste novo protesto, a Câmara Municipal de Cascais deu autorização à empresa de construção Alves Ribeiro e à Associação do Colégio St. Julian's para a colocação de uma vedação em torno da Quinta dos Ingleses tendo em vista o início da obra.

A tentativa de urbanizar este local já vem de longe. Em 1958, o então proprietário da Quinta dos Ingleses, a Eastern Telegraph Company, obteve autorização para um estudo urbanístico da quinta. O primeiro plano de construção para a Quinta dos Ingleses remonta a 1961, embora a Savelos, à data nova proprietária do espaço, apenas tenha completado um projeto em 1972, que a Câmara de Cascais apenas aprovou em 1982, mas sem nunca constituir direitos a favor do proprietário à luz do direito vigente, uma vez que nunca

chegou a emitir Alvará de Loteamento, tendo isso mesmo sido admitido pelo presidente da Câmara em fins do ano de 2000. Foi apenas a partir de 2014 que o projeto começou a ganhar força. Nesse ano, foi aprovado por um voto o Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul (PPERUCS) pela Assembleia Municipal de Cascais. O Plano contou com os votos favoráveis de PSD e CDS-PP e de presidentes de várias juntas de freguesia, entre eles a presidente da União de Freguesias de Carcavelos e Parede que votou em sentido contrário ao deliberado na sua Assembleia de Freguesia. Foi nesse momento que se constituíram os direitos de construção a favor do proprietário, não obstante o Bloco de Esquerda ter votado contra o PPERUCS.

Na tentativa de garantir que a população seria chamada a pronunciar-se sobre o projeto apresentado, o Bloco de Esquerda Cascais propôs a suspensão da deliberação, apresentando uma proposta para realização de referendo local sobre o tema. Essa proposta foi rejeitada na sua aceitação para deliberação, pelos votos dos referidos partidos que aprovaram o Plano de Pormenor.

A população de Cascais contesta há décadas o projeto megalómano para a Quinta dos Ingleses. Depois de inúmeras ações de contestação desenvolvidas ao longo dos anos por movimentos de cidadãos e associações, deu entrada na Assembleia da República, em abril de 2018, uma petição subscrita por mais de 6500 pessoas com o intuito de proteger a praia de Carcavelos e preservar um dos últimos espaços verdes da costa de Cascais, Oeiras e Lisboa para o usufruto da população. Os subscritores manifestaram-se contra o PPERUCS por entenderem que o plano promove a urbanização do local e a consequente destruição dos valores ambientais e culturais da Quinta dos Ingleses. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanhou essa petição com o Projeto de Resolução 1249/XIV/2 “Pela classificação da Quinta dos Ingleses como «paisagem protegida»”.

Apesar de ter obtido Declaração de Impacte Ambiental favorável (condicionada) da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), a megaurbanização acarreta um vasto conjunto de riscos para o património natural e cultural da Quinta dos Ingleses. O projeto interfere com áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e linhas de água, provoca impactes na fauna e flora locais, impermeabiliza solos, piora a paisagem, torna a zona mais suscetível aos efeitos locais da crise climática, como os causados pela subida do nível médio do mar, e impede que a população usufrua plenamente da área verde. Acrescem ainda os potenciais impactes negativos no património arqueológico. O parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental

revela que “não se deve excluir a possibilidade de ocorrência de impactes sobre o património arqueológico durante a fase de construção, fase esta potencialmente impactante para eventuais vestígios arqueológicos que se possam encontrar ocultos, quer pela vegetação, quer pelo solo”.

A Quinta dos Ingleses conta com um nível considerável de diversidade biológica. No local, existem pelo menos 298 espécies de flora, nas quais se incluem espécies protegidas por legislação específica, como a azinheira (*Quercus rotundifolia*), protegida pela Diretiva Habitats e pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio. A área verde conta também com a presença de espécies arbóreas sujeitas a regime especial de proteção do Regulamento Municipal de Cascais de Espaços Verdes e de Proteção da Árvore, como é o caso do pinheiro-manso (*Pinus pinea*), dos ciprestes (*Cupressus* sp.), das araucárias (*Araucaria* sp.), do zambujeiro (*Olea europea*), da azinheira (*Quercus rotundifolia*), da amoreira (*Morus alba*), dos ulmeiros (*Ulmus* sp.) e do freixo-europeu (*Fraxinus excelsior*). Existe também no local um número considerável de espécies invasoras cuja erradicação é necessária. O megaempreendimento projetado para a Quinta dos Ingleses pressupõe impactes negativos, diretos e permanentes no coberto arbóreo, provocados pela desmatação, escavação, terraplenagem e movimentação de máquinas sobre a vegetação.

Quanto à fauna, está confirmada a presença no local de espécies de mamíferos como o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), o morcego-anão (*Pipistrellus pipistrellus*), o morcego-pigmeu (*Pipistrellus pygmaeus*) e o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), espécie cujo estatuto de conservação está classificado como «Em Perigo» pela Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza. Pelo menos 17 espécies de aves têm presença confirmada na Quinta dos Ingleses (34 espécies com ocorrência provável), das quais se destaca o peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*), o pintassilgo (*Carduelis carduelis*), a toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o cartaxo (*Saxicola torquata*), o chamariz (*Serinus serinus*) e o verdilhão (*Carduelis chloris*). Existem ainda cinco espécies de répteis com ocorrência provável (a osga-comum – *Tarentola mauritanica*; a lagartixa-ibérica – *Podarcis hispanica*; a lagartixa-do-mato – *Psammodrampus algericus*; a cobra-cega – *Blanus cinereus*; e a cobra-de-ferradura – *Coluber hippocrepis*) e três de anfíbios (salamandra-de-pintas-amarelas – *Salamandra salamandra*, o sapo – *Bufo bufo*, e a rã verde – *Rana perezi*). A urbanização da área provocaria a perda irremediável do habitat existente, causando alterações incompatíveis

com a presença de muitas das espécies faunísticas que atualmente ocorrem na Quinta dos Ingleses.

A Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do megaempreendimento projetado para a Quinta dos Ingleses demonstrou, mais uma vez, o elevado grau de discordância da população. Mais de 66 por cento dos 157 participantes demonstraram a sua posição contrária ao projeto. Muitas preocupações relacionam-se com os danos provocados no património ecológico e na paisagem, assim como no agravamento dos efeitos causados pela crise climática. Entre os principais fundamentos apresentados pelos participantes encontram-se a destruição provocada pela intervenção urbanística no espaço verde, o desaparecimento da biodiversidade da mata, os impactes negativos nos lençóis freáticos, o aumento da erosão costeira, a descaracterização da costa, os efeitos visuais negativos sobre a paisagem e a densidade habitacional excessiva. Das sugestões apresentadas pelos participantes, destaca-se a classificação da área como parque natural de âmbito regional e a alteração do PPERUCS no sentido de manter a área livre de edifícios.

A Quinta dos Ingleses apresenta valores biofísicos, ecológicos, estéticos, paisagísticos, históricos e culturais que evidenciam a necessidade de salvaguarda por estatuto legal adequado, como o de «Paisagem Protegida». Num contexto de crise climática e de perda acelerada de biodiversidade no país, a artificialização da orla costeira, especialmente em contexto urbano, e a destruição de habitats aumentam a vulnerabilidade da população, do território e da biodiversidade aos efeitos cada vez mais intensos e frequentes das alterações climáticas. A classificação da Quinta dos Ingleses e a sua plena recuperação ecológica permitem proteger e valorizar o seu património, possibilitando o seu pleno usufruto pela população.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Tome, com carácter de urgência, as diligências necessárias com vista à classificação da Quinta dos Ingleses como «Paisagem Protegida», de modo a garantir a preservação e valorização do seu património biofísico, ecológico, estético,

paisagístico, histórico e cultural, bem como o pleno usufruto desse património pela população;

- 2 - Interdite a realização de alterações à morfologia do solo e do coberto vegetal na Quinta dos Ingleses, bem como a execução de operações urbanísticas como a construção ou ampliação de edifícios, excetuando as ações de conservação, restauro, reparação ou limpeza;
- 3 - Apoie o desenvolvimento e a concretização de um plano de ação local para o restauro ecológico da Quinta dos Ingleses, bem como a execução de ações de erradicação de espécies invasoras e de adaptação aos efeitos da crise climática;
- 4 - Considere a criação de um polo museológico relativo ao Cabo Submarino, apoiando para o efeito a recuperação de edificado existente na Quinta dos Ingleses.

Assembleia da República, 9 de abril de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; Marisa Matias; Joana Mortágua;

José Soeiro; Mariana Mortágua